

A PRODUÇÃO DA CIDADE E A QUESTÃO AMBIENTAL*

João Osvaldo Rodrigues NUNES**

A ciência geográfica nestas últimas décadas, basicamente a partir dos anos 60, vem desenvolvendo com muito mais ênfase, estudos e análises sobre a relação sociedade-natureza, e suas implicações no meio urbano. Muitos destes estudos partem do princípio de que as cidades historicamente, são fruto da organização social de um povo, nação, e comunidade, que se estruturam conforme os interesses econômicos, políticos, sociais e culturais.

Associado a esta temática, muitos autores e pesquisadores, sejam geógrafos ou de outras profissões, englobam também, como tópico a ser discutido, a preocupação com a gestão dos recursos naturais, que de forma direta fazem parte do espaço geográfico em que se encontram as cidades. Esta preocupação refere-se à qualidade de vida que a população/sociedade tem dentro do meio urbano.

De modo geral, as cidades são espaços fragmentados, que se aglutinam/integram-se de modo desigual e combinado. Portanto contraditório, sob a ótica do sistema capitalista. Fragmentado, pois apresenta diferentes sub-espacos sociais, e desiguais conforme os níveis de infra-estrutura e de saneamento básico (escolas, energia elétrica, água potável, saúde, etc...), em que geralmente os mais prejudicados e marginalizados, são os que habitam os locais periféricos.

Historicamente as cidades apresentavam-se como pequenos povoados, em que as relações comerciais eram direcionadas pelos burgos. Estes representavam os comerciantes locais, que detinham a responsabilidade de desenvolver as relações intercomerciais entre mercadores de vários povoados. Sob a esfera do poder e sistema feudal, os burgueses foram desenvolvendo processos de troca, no qual as mercadorias criadas nos feudos, passavam a ter um valor monetário, ou seja um valor de troca e venda.

Com o advento da revolução industrial, as relações mercantis, passaram a expandir-se pelo globo, conseqüentemente criando novas relações econômicas subjugadas pela ótica do capital. Neste sentido, se antes no sistema feudal o importante era o trabalho desenvolvido nos feudos, numa relação entre os servos, artesões e senhores feudais, e que as cidades não tinham muita importância política e econômica, com o advento do capitalismo, associado à revolução industrial as cidades passam a ter outra conotação.

As indústrias são instaladas no meio urbano, pois as facilidades de obtenção de produtos/matéria prima e principalmente mão-de-obra são indispensáveis e fáceis de conseguir.

Gera-se todo um processo de desestruturação do setor agrário, afim de que parte da população rural migre para as cidades. Com o êxodo rural cria-se uma nova função para as cidades, agora como espaço de acumulação de capital, principalmente por parte dos comerciantes e industriais.

Os servos (camponeses) passam a serem obrigados, por contingência do momento político-econômico a deixarem o trabalho agrícola, para adaptarem-se a nova forma de produção, ou seja a industrial. Isto gerou implicações no cotidiano e modo de vida do novo trabalhador, o operário. Este precisa se adaptar às condições de vida na cidade. O novo meio/local, não apresenta as mesmas características do meio rural. A falta de infra-estrutura básica,

* Prova dissertativa para o processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Curso de Mestrado, da UNESP – Câmpus de Presidente Prudente-SP – Brasil.

** Mestrando no curso de pós-graduação em geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP – Presidente Prudente-SP – Brasil.

insalubridade, proliferação de doenças (tifo, varíola, etc...), espaços habitacionais apertados e próximos às empresas/indústrias poluidoras, acaba gerando nas cidades espaços subumanos e diferenciados. Enquanto a burguesia morava nas periferias, onde o meio ambiente era saudável, o operário habitava os espaços insalubres.

A preocupação com a melhoria da qualidade de vida nas cidades, deu-se paralelo à crescente organização das estruturas e entidades que representam a sociedade civil organizada. Muitas destas mudanças, tais como tratamento dos dejetos cloacais (esgotos domésticos), industriais (gasosos, sólidos e líquidos), urbanização de favelas, discussão e participação da comunidade do bairro, vila, etc...; estão centrados na democratização da gestão coletiva, através dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, associado às leis orgânicas dos municípios.

Nem todos os municípios têm ou desenvolvem discussões a respeito destes aparatos jurídicos. Isto dependerá das políticas administrativas desenvolvidas, e das próprias intenções dos administradores sejam municipais, estaduais ou federais.

Talvez um dos principais problemas urbanos atuais, além das questões sociais (habitação, saúde, transporte coletivo, etc...), seja o destino dado aos resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos produzidos nas cidades.

As cidades representam o ponto de convergência maior dos fluxos de capital constante e variável. Estes geram locais diferenciados socialmente, conforme os interesses das forças políticas dominantes. Este processo ocasionou o aumento e concentração do consumo de bens de capital, que ao tomarem proporções de grandeza variável, geram problemas de espaço. Ou seja, como conviver com o aumento de consumo de produtos orgânicos e inorgânicos, sem ter áreas/espaços físicos para deposição adequada destes dejetos?

Cidades metrópoles e megalópolis como Tóquio e Osaka no Japão, tem desenvolvido a décadas propostas de reciclagem de lixo (papéis, vidros e latas) através da coleta seletiva entre o lixo orgânico e inorgânico. No Brasil, temos exemplos de cidades como São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e outras de médio a pequeno porte, que tem se preocupado com esta questão.

Provavelmente a saída técnica e ambientalmente melhor, seja o destino e adequação do lixo em áreas de Aterro Sanitário. Estes são locais previamente selecionados, através de comissões formadas por grupos interdisciplinares que estudam não somente os aspectos técnicos (geologia, geomorfologia, condições climáticas, direção dos ventos predominantes, sistema hidrológico de superfície e subsuperfície), mas também as viabilidades econômicas e financeiras: a aceitação da comunidade local, e principalmente a discussão com os diversos agentes e entidades da sociedade civil.

Neste sentido, a discussão teórica e conceitual é de fundamental importância, afim de compreendermos os atores sociais, econômicos e financeiros, que controlam e gerenciam o crescimento das cidades.

A este respeito, várias são as concepções teórico-metodológicas para se focar os problemas ambientais dentro das cidades.

Na ótica da Teoria dos Sistemas, através das concepções ecossistêmicas, geossistêmicas e ecodinâmicas, partem do princípio básico, de que as cidades são sistemas abertos que fluem, por canais físicos e metafísicos, energia e matéria. Estes se interrelacionam, processam-se, dissipam-se, aglutinam-se afim de resultarem em materializações (edificações, estradas, vias públicas, etc...).

Muitos profissionais optam por esta via, pela facilidade de interpretação e compreensão da dinâmica da sociedade através de modelos quantitativos. Sob esta ótica, a noção de tempo e processos históricos são menosprezados, em favor do fator espaço presente.

Outros, partem da análise dos processos históricos responsáveis pela formação econômico-social, e suas implicações atuais na constituição das cidades. Esta via é basicamente embasada pela ótica marxista, enfocando mais as questões econômicas, de estruturação capitalista, do que propriamente ambientais. Em muitos casos, não enfocam o aspecto natureza e

sua dinâmica. Abordam a apropriação do homem pela natureza, sem compreender as leis que a regem.

Entre tantas outras abordagens, destacaria a análise dos problemas ambientais e sua relação na produção das cidades, pela perspectiva da apropriação da natureza (primária e secundária), pelo prisma dialético.

As cidades são espaços físicos, que vistos anteriormente são resultado da construção organizativa da sociedade, sendo esta desigual e combinada. Por serem espaços físicos alterados, apresentam disformidades nas suas estruturas ocupacionais. Estas são fruto dos interesses políticos dominantes que se apropriam do espaço social, criando circuitos inferiores e superiores, que dependendo do desenvolvimento tecnológico e científico, criam, recriam e reestruturam espaços opacos e luminosos antes desocupados.

Estas modificações geram processos de apropriação inadequadas em áreas susceptíveis à degradação ambiental. O aumento da expansão urbana em áreas físicas, sem controle técnico e social por parte do Estado (principalmente na esfera municipal), acarreta o surgimento de vetores de contaminação nos mais variados meios, ou seja: líquidos (rios, córregos, águas subterrâneas), gasosos (atmosfera, emissão de gases poluentes), sólidos (poluição do solo urbano pelo despejo de lixo à céu aberto).

Compreender a dinâmica de evolução, involução, composição política, econômica, social e cultural das cidades em análise, associado com as formas de apropriação desigual dos recursos naturais, bem como a dinâmica de atuação e resposta aos processos antrópicos sofridos, acredito ser uma das vias teórico-metodológicas para compreensão e sugestão de propostas tecnocientíficas e sociais.

Portanto, a análise do processo de produção da cidade, deve ser procedido pela compreensão dos diversos agentes sociais, seja o Estado, o capital privado nacional e internacional, e principalmente a sociedade civil organizada. Isto associado com a preocupação, utilização, racionalização e distribuição melhor dos recursos naturais.